

INSTITUTO BRASILEIRO DE CONTROLE DO CÂNCER - IBCC

CNPJ: 62.932.942/0001-65

Balanco Patrimonial dos Exercícios Ffindos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 - (Em Reais)
Table with columns: Nota, 31/12/2018, 31/12/2017. Rows include Ativo Circulante, Ativo Não Circulante, Passivo Circulante, Passivo Não Circulante, Total do Ativo, Total do Passivo, Total do Patrimônio Líquido.

1. Contexto Operacional: O Instituto Brasileiro de Controle do Câncer - IBCC, pessoa jurídica de direito privado é uma entidade sem fins lucrativos, prestadora de serviços na área de saúde, fundada em 04 de maio de 1968, reconhecida como Entidade de Utilidade Pública Federal pelo Decreto nº 95.025 de 14.10.1987, com sede e foro jurídico na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. O IBCC tem as seguintes finalidades: I. A união de esforços na divulgação ampla e coordenada dos conhecimentos no campo da oncologia, visando à obtenção do diagnóstico precoce do câncer e a ampliação do acervo de dados sobre a doença; II. Atendimento médico-hospitalar e assistencial permanente a tantos quantos demandarem os seus serviços especializados na área específica da oncologia, sem distinção de qualquer natureza no que se refere à nacionalidade, raça, credo político e religioso, dentro ao menos do mínimo de gratuidade exigida por lei; III. Colaboração com autoridades, instituições e sociedades de finalidades similares, nacionais e estrangeiras, para a obtenção de um melhor controle do câncer; IV. Ampliação dos conhecimentos científicos e médicos no campo da oncologia, visando a colaboração na formação profissional de especialistas médicos de carreiras afins; V. Concessão de gratuidade total para aqueles candidatos que desejarem participar dos diversos cursos de ensino especializado que forem oferecidos pelo IBCC e que, contudo, não tenham condições econômico-financeiras que permitam as suas respectivas inscrições ou matrículas; VI. Divulgação dos conhecimentos atualizados de oncologia entre os profissionais médicos e de carreiras afins; VII. Manutenção de biblioteca especializada em assuntos afins à área de oncologia; VIII. Edição de publicação periódica sobre pesquisas, estudos e dados sobre o câncer; IX. Instituição de concursos de monografias científicas, com a concessão de prêmios para os melhores trabalhos; X. Realização de simposios, conferências e palestras de divulgação; XI. Destinação de recursos financeiros e econômicos, inclusive mediante doação, a entidades filantrópicas e ou exclusivamente não lucrativas, que militem nas áreas de saúde, educação e de assistência social em geral. 2. Apresentação das Demonstrações Financeiras e Principais Práticas Contábeis: 2.1. Apresentação das Demonstrações Financeiras: Na preparação de suas Demonstrações Contábeis, a Entidade adotou todos os pronunciamentos e respectivas interpretações técnicas e orientações técnicas emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFO - Conselho Federal de Contabilidade, as resoluções do Conselho Federal de Contabilidade, notadamente a TG 2002 (R1) - Resolução 1.409/2012, que prescreve critérios contábeis aplicáveis às entidades sem fins lucrativos, que, com as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira, são denominados como práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). As políticas contábeis estabelecidas na nota explicativa nº 2.2 foram aplicadas na preparação das Demonstrações Contábeis para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2018. A preparação das Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração efetue estimativas e adote premissas que afetam os montantes apresentados nas Demonstrações Contábeis e respectivas notas explicativas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá ser efetuada por valores diferentes dos estimados devido a imprecisões inerentes ao processo de estimativa. 2.2. Principais Práticas Contábeis: a) Caixa e Equivalentes de Caixa: Incluem dinheiro em caixa, fundos em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata mantidas em Instituições Financeiras de primeira linha. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não supera o valor de mercado e são resgatáveis sem perda de valor. b) Estoques: Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição, inferior ou igual ao preço atual de mercado. c) Outros Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes: Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. d) Ajuste a Valor Presente dos Ativos e Passivos: A Entidade avalia periodicamente o efeito deste procedimento e, nas Demonstrações Contábeis de 2018 não transacionou operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas. e) Imobilizado: Registrados ao custo de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e ajustes ao seu valor de recuperação (valor em uso) se aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado. f) Apuração do resultado do exercício: As receitas, custos e despesas são apropriados de acordo com o regime de competência. g) Patrimônio Líquido: O Patrimônio Líquido é representado pelo Patrimônio Social acrescido pelos superávits e ou diminuído pelos déficits apurados e incorporados anualmente, após deliberação em Assembleia Geral Ordinária.

3. Caixa e Equivalentes de Caixa
Table with columns: Descrição, 31/12/2018, 31/12/2017. Rows include Caixa Geral, Contas Correntes - Bancárias, Aplicações Financeiras Vinculadas, Não Vinculadas.

Descrição
Table with columns: Descrição, 31/12/2018, 31/12/2017. Rows include Não Vinculadas, Aplic. Bco. Santander, Bco. Santander, Bco. Do Brasil S/A, Bco. Bradesco S/A, Bco. Santander S/A, Bco. Santander Brasil S/A, Bco. Santander S/A, Bco. Itaú, Bco. Safra, Bco. Santander Vila Mariana, Bco. Caixa E. Federal, Bco. Santander Jaconá, Bco. Santander Jaconá.

11. Parcelamento de Tributos: A Entidade obteve um parcelamento com a Prefeitura do Município de São Paulo referente taxa de resíduos sólidos, cujo saldo devedor atualizado em 31/12/2018 está assim composto:
Table with columns: Descrição, 31/12/2018, 31/12/2017. Rows include Descrição, Total, 16. Capturação de Doações.

16. Capturação de Doações: A Entidade capta doações materiais e em dinheiro de pessoas físicas e jurídicas com o objetivo a complementação do pagamento do custeio dos serviços ligados à prevenção do câncer.
Table with columns: Descrição, 31/12/2018, 31/12/2017. Rows include Doações Captadas, Despesas com Captação de Doações, Doações Líquidas.

19. Campanha Beneficente - "O Câncer de Mama no Alvo da Moda": Implementada pelo IBCC em fevereiro de 1995, a campanha destina-se à arrecadação de fundos para a pesquisa e prevenção do câncer de mama, através de doações provenientes da venda de camisetas e outros produtos relacionados, e da realização de eventos patrocinados.
Table with columns: Descrição, 31/12/2018, 31/12/2017. Rows include Descrição, Total, 20. Trabalho Voluntário.

20. Trabalho Voluntário: Conforme Resolução CFO nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) - Entidades sem Finalidades de Lucros em 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntário no montante de R\$ 102.420,58 para o exercício de 2018 e R\$ 102.420,58 para o exercício de 2017, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento, uma importante participação em várias ações realizadas pela entidade.
Table with columns: Descrição, 31/12/2018, 31/12/2017. Rows include Descrição, Total.

DIRETORIA
Antonio Mendes Freitas - Presidente
Justino Scatolin - Superintendente
Responsável Técnico: Cesar Sbravatti - Contador CRC 1SP183721/O-8
I. Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis
avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectar as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nessas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 22 de março de 2019. Ana Maria Galloro Laporta Sôcia-Diretora CRC 1SP 203642/O-6

Empresas & Negócios
netjen@netjen.com.br
Para veiculação de seus Balanços, Atas, Editais e Leilões neste jornal, consulte sua agência de confiança, ou ligue para TEL: 3106-4171

Este documento foi assinado eletronicamente por Lilian Regina Marcunato. Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.com.br/verificar/ e utilize o código EB845-41BB-DB31-990B.